

## 28 DE NOVEMBRO DE 2023

### 145ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

#### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE  
 1 - GILMACI SANTOS  
 Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 16 horas e 30 minutos, ou dez minutos após o término desta sessão.  
 2 - DR. JORGE DO CARMO  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 3 - MAJOR MECCA  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 4 - EDUARDO DUPLICY  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 5 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS  
 Retifica a convocação da sessão extraordinária.  
 6 - REIS  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 7 - CARLOS GIANNAZI  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 8 - GUTO ZACARIAS  
 Para comunicação, faz pronunciamento.  
 9 - PROFESSORA BEBEL  
 Para comunicação, faz pronunciamento.  
 10 - CONTE LOPES  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 11 - GUTO ZACARIAS  
 Para comunicação, faz pronunciamento.  
 12 - PROFESSORA BEBEL  
 Para comunicação, faz pronunciamento.  
 13 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 14 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR  
 Para comunicação, faz pronunciamento.  
 15 - SIMÃO PEDRO  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 GRANDE EXPEDIENTE  
 16 - ENIO TATTO  
 Para comunicação, faz pronunciamento.  
 17 - PROFESSORA BEBEL  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 18 - PAULO FIORILO  
 Para comunicação, faz pronunciamento.  
 19 - PAULO MANSUR  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 20 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS  
 Solicita comportamento regimental aos visitantes presentes nas galerias.  
 21 - LUCAS BOVE  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 22 - EDUARDO DUPLICY  
 Para comunicação, faz pronunciamento.  
 23 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 24 - GUILHERME CORTEZ  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 25 - MAJOR MECCA  
 Para comunicação, faz pronunciamento.  
 26 - CAPITÃO TELHADA  
 Por inscrição, faz pronunciamento.  
 27 - EDIANE MARIA  
 Para comunicação, faz pronunciamento.  
 28 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR  
 Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.  
 29 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS  
 Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 29/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão ordinária a ser realizada hoje, às 16 horas e 30 minutos. Levanta a sessão.  
 \* \* \*  
 - Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.  
 \* \* \*  
 - Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*  
 O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS  
 - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.  
 Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma reunião extraordinária, a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos; ou dez minutos após o término da presente sessão, em cumprimento ao interstício mínimo previsto no § 3º, do Art. 100, do Regimento Interno. Com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:  
 \* \* \*  
 - NR - A Ordem do Dia para a 53ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 29/11/2023.  
 \* \* \*  
 O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS  
 - Nesse momento, senhoras e senhores vamos passar ao Pequeno Expediente, convidando para fazer uso da palavra o nobre deputado Jorge do Carmo. Tem V. Exa. tempo regimental de até 5 minutos. Dr. Jorge do Carmo.  
 O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, deputado Gilmaci Santos. Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente aqui, assessoria, os policiais e público da TV Alesp. Senhor presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje é um dia de mobilização aqui no estado de São Paulo.  
 Começa hoje... Dá continuidade, melhor dizendo, a famigerada tentativa do governador de privatizar a Sabesp, de vender a Sabesp para a iniciativa privada.  
 Quería pedir para o nosso técnico aqui passar algumas imagens enquanto falo sobre essa atrocidade que a gente está vendo: a pressa do governador em querer vender uma empresa que é saudável, que é rentável, que tem economia financeira boa.  
 E é exatamente... Certamente por isso que o afã de vender, de entregar, de garantir os seus compromissos políticos, que, diga-se de passagem, é sempre bom lembrar, nosso líder, deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, esse assunto na campanha, no segundo turno, especialmente, o governador não assumiu o compromisso publicamente de privatizar a Sabesp. É importante falar isso.  
 E agora dizer que a privatização da Sabesp é uma maneira de garantir a universalização do atendimento e do abastecimento até 2029... É dizer que a privatização é uma maneira de abaixar, é uma condição para abaixar o valor, o preço da tarifa... Desculpa, gente, o mercado, deputado Paulo Mansur, o mercado não vai comprar algo para querer fazer cortesia ou fazer benesse. Não existe isso. Não existe... Precisa melhorar, e muito, o argumento para dizer que a privatização é uma maneira de abaixar a tarifa.  
 Não é verdade, porque quem compra quer lucro. Isso é natural. Isso eu não sou... Eu não sou radicalmente contra o lucro. As pessoas que compram algo precisam ter lucro mesmo, mas serviço público como a Sabesp, serviço de saneamento

básico, não é serviço para se obter lucro. E o estado é quem tem que cuidar disso.

Por isso eu insisto, nós vamos fazer essa batalha. O bom combate aqui. Esperamos que os deputados e deputadas tenham o cuidado de não ajudar a privatizar um serviço, que vai acontecer a mesma coisa que está acontecendo com a Enel. Quem vendeu a Eletropaulo aqui foi esta Casa.

Os deputados e deputados, lá em 1998, evidentemente com exceções, venderam a Eletropaulo. E hoje a Enel teve a crise do apagão, e a gente pode ter o apagão do abastecimento. O apagão do saneamento básico.

Por isso é que eu conclamo aqui a sociedade para que a gente resista à privatização da Sabesp, porque a Sabesp é uma empresa e é patrimônio do povo paulista. Por isso, nós não queremos que ela seja vendida.

Ao mesmo tempo, nós temos aqui acontecendo hoje esse movimento... A greve dos transportes públicos hoje é contra as privatizações. E aí o governador fala que a greve é política. Olha, qualquer movimento é político, qualquer movimento é político - dos trabalhadores. Se tem privatização da Sabesp, da CPTM, do metrô, é garantido que vai ter a demissão dos trabalhadores.

É muito certo, porque foi o que aconteceu com a Enel. Repito. Demitir os funcionários. E nós tivemos foi o apagão, porque o lucro era mais importante e não o atendimento da população. Por isso, nós somos contra a privatização da CPTM. Está provado, aliás, diga-se de passagem.

Recentemente, no UOL, apareceu um escândalo - e acho que requer inclusive uma CPI nesta Casa. O bilhete único para as empresas privatizadas... Por exemplo, elas transportam...

Elas transportam 500 mil - exemplo - 500 mil passageiros. Enquanto isso, receberam mais de 2 bilhões. As empresas públicas transportam um bilhão e 200 mil; receberam apenas 450 mil, ou seja, o dinheiro público está sendo levado, destinado para o particular, para a iniciativa privada.

Isso é um escândalo e eu vou requerer a representação junto ao Ministério Público, porque o que o secretário disse: "Isso é contrato que já existia." Então quer dizer, se o contrato está errado, eu continuo errando, porque eu não tenho responsabilidade a partir do dia que eu assumi.

Então, quem sucede, sucede em tudo. Se tinha algo errado - que eu até acho que tinha mesmo - é preciso corrigir. Por isso, nós não podemos admitir um escândalo como esse aqui.

E só para terminar, Sr. Presidente, coisa de um minuto. Nós tivemos, ontem em São Paulo, o problema das enchentes mais uma vez na região leste de São Paulo, ali na região do Alto Tietê com a zona leste. Problema sérioíssimo de enchente na nossa região, porque são obras paliativas...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para concluir, deputado.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - São obras que não resolvem o problema em definitivo. E não é por falta de recurso, é por falta de vontade política ou planejamento e projetos.

Por isso, na zona leste, na região de Itaim Paulista, na região do Romano, na região do Helena... Ontem sofreu mais uma vez com as enchentes, fruto do descaso do Governo Paulista, fruto do descaso e da falta de obra de prevenção, de combate às enchentes.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para conclusão, deputado.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todas e a todos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra, deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Não vai falar? Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Rogério Santos. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Major Mecca. Tem V. Exa. a palavra, então.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Bom dia... Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, deputado Paulo Mansur - nosso irmão de bancada. A todos que nos acompanham pela TV Alesp pelas redes sociais, os meus irmãos - policiais militares que estão aqui garantindo o desempenho da nossa atividade.

Inclusive, a notícia que eu trago aqui é a respeito de todos vocês, sobre o transporte dos policiais no estado de São Paulo, uma pauta extremamente importante aos nossos policiais.

E como eu citei aqui, na semana passada, na data de hoje, dia 28 de novembro, terça-feira, pela manhã, nós tivemos uma reunião, na sede da Secretaria de Segurança Pública, com o secretário Capitão Derrite, com o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Cássio, deputado Capitão Telhada, que estava nessa reunião também.

Estavam representantes da Artesp e das cinco maiores empresas de transporte rodoviário no nosso estado: Cometa, Andorinha, Pássaro Marrom, e outras duas ou três empresas.

Dessa reunião, ficou acertado que o transporte dos policiais, do seu local de residência ao seu local de trabalho, em qualquer cidade do interior que seja, para a Capital, ou da Capital para a cidade do interior, ou de uma cidade do interior para outra cidade, o policial, no seu horário de serviço, poderá continuar fazendo o seu deslocamento à paisana.

E terá a gratuidade nesse transporte. Ele vai retirar a passagem dele à paisana, e vai viajar sentado, dentro do ônibus, porque é o mínimo que nós podemos construir.

É o mínimo que o Governo do Estado pode fazer para respeitar a dignidade dos policiais. Nessa reunião, eu fiz questão de agradecer às empresas de transporte, porque são empresas privadas. Eu fiz questão de fazer na reunião, e faço aqui, da tribuna da Assembleia Legislativa. A gratidão de todos nós, policiais do estado de São Paulo, para com essas empresas de transporte.

Porque os senhores sempre demonstraram enorme respeito aos nossos patrulheiros. Policiais que, em grande parte, trabalham em cidades distantes da Capital, e vêm trabalhar aqui na Capital de São Paulo. Não é qualquer categoria que tem essa peculiaridade.

Que, muitas vezes, o policial mora em Presidente Prudente, mora em Rio Preto e precisa fazer esse deslocamento, lá da cidade dele, aqui para a Capital, da Capital para a cidade dele, para poder estar junto e próximo à sua família.

Então eu agradeço a essas empresas, em ter a sensibilidade de, mais uma vez, se sentar à mesa, colocar-se à disposição, para ouvir a nós, parlamentares, que representamos os policiais do estado de São Paulo.

Nós, que representamos os cidadãos de bem, porque, quando nós falamos em valorizar o policial, nós falamos em ter um operador de Segurança em condições de defender a vida do nosso cidadão. Então, muito obrigado a todas essas empresas, à Artesp, bem como às empresas.

Ficaram de soltar um comunicado a todos os seus pontos de transporte de passageiro. E o respeito à dignidade dos nossos policiais, nós estaremos sempre cerrando fileira aqui nesta Casa, junto com todos os deputados e deputadas. Que eu tenho toda a certeza de que apoiam as pautas da Segurança Pública, porque o povo não suporta mais sofrer na mão de bandido, na mão de criminoso.

Infelizmente, nós estamos num país onde a legislação ampara e protege o bandido, e pune e dificulta o trabalho dos policiais. E a nossa missão, nesta Casa, a missão dos nossos irmãos parlamentares, no Congresso Nacional, é justamente defender os policiais e os cidadãos de bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Major Mecca. Com a palavra, o deputado Eduardo Duplicy.

O SR. EDUARDO DUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente Gilmaci, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aqui registrar o sucesso da reunião ontem havida para a instalação da Frente Parlamentar pela Implementação da Renda Básica, que contou com a participação, dentre outros, de um grupo de 14 jovens pesquisadores, sendo 12 jovens de Heliópolis e dois do Núcleo de Estudos em Serviço e Proteção Social da Pontifícia Universidade Católica.

Eles estão fazendo uma pesquisa com respeito a qual é a renda digna que em São Paulo deve prevalecer, tendo em conta um estudo do custo de vida das diversas configurações familiares da maior favela de São Paulo, buscando encontrar um parâmetro de renda que esteja de acordo com o bem-estar dessas variadas composições de família e traçando o que seria um salário digno, uma renda digna para as pessoas que moram nas favelas.

A ideia do estudo surgiu em uma conversa dos jovens pesquisadores do projeto Observatório De Olho na Quebrada, onde perceberam que grande parte dos salários, incluindo dos seus pais, são destinados para pagar o aluguel e que pouco sobrava para lazer, saúde, educação e outras coisas que fazem parte do cotidiano e a que eles gostariam de ter acesso.

A base do "Renda Digna São Paulo" é o projeto, meu próprio, chamado Renda Básica de Cidadania, um programa social de transferência de renda incondicional que deve, com o progresso do país, ser suficiente para o sustento de uma vida livre e digna para todos.

Quero assinalar que, na reunião ontem havida aqui no Plenário Dom Pedro I, estivemos a deputada Marina Helou, eu próprio, o deputado Maurici, o deputado Simão Pedro, e gostaria de assinalar que se inscreveram como membros da Frente Parlamentar, até o presente momento, a Marina Helou, vice-coordenadora, a Bebel, e Andréa Werner, o Simão Pedro, a Thainara Faria, a Ana Perugini, o Reis, o Luiz Claudio Marcolino, o Antonio Donato, o Rafa Zimbaldi, o Enio Tatto, o Paulo Fiorilo, o Rafael Saraiva, o Teonilio Barba, o Dr. Jorge do Carmo. Quero informar que está aberta para todos os deputados e deputadas que ainda desejam se inscrever e fazer parte da Frente Parlamentar da Renda Básica de Cidadania.

Ontem tivemos, nesta mesma oportunidade, o lançamento de dois livros: um da professora Aldaiza Sposati e do Paulo de Tarso Meira, denominado "Transferência de Renda no Brasil - Entre a herança recebida e a direção prometida." E o outro livro dos professores Paul Katz e Fabio Waltenberg, organizadores do livro "Renda Básica e Economia Solidária - O exemplo de Maricá".

Nesta oportunidade, ontem, também tivemos a participação do vice-prefeito licenciado de Maricá, responsável em grande parte pela aplicação da Renda Básica de Cidadania em Maricá, e atualmente secretário municipal de Desenvolvimento Solidário no município do Rio de Janeiro.

Também estavam a Miriam Cortez, da Cortez Editora, e o presidente da Rede Brasileira da Renda Básica, que tanto também colaborou para o sucesso desse encontro, Leandro Ferreira.

Gostaria de aqui concluir com a boa notícia que aconteceu hoje, porque o Washington Quaquá, deputado federal, anunciou no seu Instagram que ele esteve agora, às dez horas com seu filho, Diego Zaidan, vice-prefeito de Maricá licenciado, secretário de Desenvolvimento Econômico Solidário na cidade do Rio de Janeiro, na gestão do prefeito Eduardo Paes, em reunião com o ministro do Desenvolvimento Social Wellington Dias, e nessa ocasião discutiram a implementação de projeto piloto do pagamento...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para conclusão, deputado.

O SR. EDUARDO DUPLICY - PT - Do Bolsa Família em moeda social em Maricá e em comunidades da cidade do Rio de Janeiro, como no Morro da Mangueira. Também estava o Paul Katz, do Jain Family Institute.

Então agradeço, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Reis. Antes de V. Exa. se dirigir à tribuna, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência retifica a convocação da sessão extraordinária de hoje, para fazer constar que terá como finalidade apreciar a seguinte Ordem do Dia:

\* \* \*  
 - NR - A retificação à Ordem do Dia da 53ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 29/11/2023.  
 \* \* \*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra o deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Saudar o presidente Gilmaci Santos, cumprimentar o deputado Duplicy, deputado Enio Tatto, deputado Luiz Cláudio Marcolino, deputado Major Mecca, Paulo Mansur, o nosso Xerife do Consumidor, o comandante Conte Lopes, Daniel Soares. Cumprimentar a todos.

Eu estou fazendo uma saudação a todos os deputados, porque hoje está bastante participativo aqui. Então é importante que o povo saiba que V. Exas. estão aqui no plenário.

Também cumprimentar o público presente, os integrantes da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Civil, da Polícia Técnico-Científica, cumprimentar todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que estão nos acompanhando pela Rede Alesp.

Dizer que conversei com o deputado Major Mecca, e ele me garantiu que foi conversado na Secretaria de Segurança Pública que os policiais civis também terão direito à gratuidade no transporte intermunicipal, porque isso tem sido uma reclamação.

Desde quando surgiu essa portaria, vários policiais reclamando que foi tirado esse direito, e é muito importante que eles possam ter esse direito de se deslocar de uma cidade para outra, e o Major Mecca falou que esteve nessa reunião, e que ficou acertado que também os policiais civis terão esse direito.

Eu quero também cumprimentar o deputado que está aqui próximo da gente, o deputado Guilherme Cortez, e dizer aqui, presidente, nosso candidato designado, Gilmaci Santos, "candidate designate", que houve um corte no orçamento das Delegacias de Defesa das Mulheres, um corte de 5,2 milhões, que foi publicado no "Diário Oficial", e a gente precisa cobrar do governo, lamentar, e dizer para que não haja cortes de recursos na Segurança Pública, e principalmente nas Delegacias de Defesa das Mulheres, porque nós temos, assim, um aumento do número de feminicídios no estado de São Paulo.

Esse ato foi publicado no "Diário Oficial" no dia 24.11, e também um remanejamento de cerca de 13 milhões dentro da Secretaria da Segurança Pública. No primeiro semestre, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 111 mulheres foram vítimas de feminicídio.

Ou seja, um aumento de 33,7% em relação ao número registrado no ano passado, o maior número entre os estados. O déficit de pessoal da Polícia Civil também continua. Segundo o Sindicato dos Delegados e das Delegadas de Polícia do Estado de São Paulo há uma defasagem de 17 mil profissionais.

Isso aí a gente tem repercutido ao longo do ano e cobrado a Secretaria de Segurança, cobrado do governo Tarcísio de Freitas a recomposição do efetivo, mas nós estamos chegando no mês de dezembro. Os procedimentos do concurso de 2022 foram feitos, mas ainda não houve nenhuma nomeação.

Não há nenhuma nomeação publicada no "Diário Oficial". Um concurso que vem de junho do ano passado. Então o governo sabedor dessa defasagem, sabedor que não tem funcionários nas delegacias, que as delegacias estão fechadas e as que estão abertas estão funcionando precariamente, ele poderia

sim em ato dentro dos seus atos de governo ter acelerado os processos de nomeação desses profissionais.

Ao que me parece este ano ninguém será nomeado; ficará para o ano que vem. Houve um novo concurso que foi aberto, tivemos provas inclusive domingo agora passado, mas é uma agenda que está conectada com a questão eleitoral. Quer dizer, esse concurso deste ano pela distância do outro, pela demora que está tendo o outro concurso, só vai acontecer no ano da eleição.

Ou seja, até lá as delegacias continuarão com essa situação deficitária, com essa falta de funcionários para poder prover o serviço e, além disso, o governo ainda corta o orçamento das Delegacias das Mulheres que para nós é de suma importância, é de suma importância.

O governo pode cortar em outros setores, mas não deve cortar em Saúde, em Segurança, em Educação, porque são setores que realmente produzem um resultado prático para a sociedade que não podem ter esse tratamento que o governo Tarcísio de Freitas tem dado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Carlos Giannazi. O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Gilmaci Santos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, eu quero primeiramente manifestar o nosso total apoio às manifestações que estão ocorrendo hoje em todo o estado de São Paulo, às greves que estão sendo realizadas contra o aniquilamento, contra o ataque aos serviços públicos e aos equipamentos públicos do estado de São Paulo.

Contra essa verdadeira sabotagem que o governador Tarcísio de Freitas está fazendo, tentando vender a Sabesp, o Metrô, a CPTM, e a Fundação Casa, a rede estadual de ensino.

São vários os ataques, a instalação de mais pedágios no estado de São Paulo, entregando o estado de São Paulo, aniquilando o patrimônio público do nosso estado para beneficiar os grandes grupos econômicos e, sobretudo, os investidores internacionais.

É disso que se trata esse pacote de privatizações. O governador Tarcísio se comporta como um verdadeiro corretor de imóveis, vendendo o estado de São Paulo, até porque ele não tem compromisso com nada aqui. Está de passagem pelo estado de São Paulo e deixará um rastro de destruição como deixaram o ex-governador Doria e o Rodrigo Garcia aqui no estado de São Paulo.

E esse pacote que está sendo apresentado aqui na Assembleia Legislativa e para a sociedade de privatizações, de desmonte do estado de São Paulo, é comparável àquele PL 529 do Doria que extinguiu os institutos de pesquisa, que trouxe prejuízos e transtornos nefastos para o estado de São Paulo, prejudicando vários setores da nossa sociedade.

Até mesmo os PCDs foram prejudicados pelo 529. Então esse pacote de privatizações, esses ataques do governador bolsotucano Tarcísio de Freitas, se compara, sim, à gestão do Doria. Desmonte do estado de São Paulo. Então todo o nosso apoio a todas as manifestações, sobretudo a que vai ocorrer daqui a pouco aqui na frente da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, também quero denunciar a Seduc mais uma vez, que editou agora a Resolução nº 58, de 2023, que trata da questão também da grade curricular de educação de jovens e adultos.

Veja bem, no ano passado, em meados de julho, exatamente no dia 6 de julho de 2022, foi publicada a Resolução nº 56, de 2022, aumentando um termo a mais para os alunos de EJA do ensino médio, mas isso acontece praticamente no meio do processo.

A Secretária agora alterou esse procedimento, alterou, retirou esse quarto termo, mas não retirou esse quarto termo para as pessoas que tinham ingressado no segundo semestre de 2022, prejudicando, então, diversos, milhares de alunos em todo o estado de São Paulo, que já são excluídos do processo educacional, não tiveram acesso, na idade própria, ao ensino fundamental e ao ensino médio e estão sendo prejudicados novamente.

Eu recebi aqui recentemente alunos da Escola Estadual Carmina Mendes, lá de Guarulhos. Estiveram aqui no plenário reclamando disso, porque eles iriam se formar agora, mas são obrigados ainda a fazer um quarto termo. Eles nem tinham sido avisados de que isso ocorreria.

A Secretária, que tem a oportunidade de alterar e mudar essa situação, não incluiu também esses alunos que entraram no segundo semestre de 2022. Então, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, Sr. Presidente, quero pedir à Secretária para que modifique a Resolução nº 58, publicada agora, no último dia 16, e também exclua o quarto termo para esses alunos, que estão sendo prejudicados, porque em tese eles estariam se formando agora nesse último termo, agora no final desse semestre.

Muitos deles e delas já pagaram as formaturas, já se organizaram e, no entanto, estão tendo um prejuízo enorme emocional, financeiro e de expectativa de continuidade, porque muitos não poderão continuar o quarto termo.

Então basta a Secretária fazer um ajuste aqui retirando a obrigatoriedade do quarto termo para os alunos matriculados no segundo semestre de 2022.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem a palavra o deputado Conte Lopes. Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Pela ordem, presidente. Posso fazer uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Enquanto o deputado se dirige à tribuna, tem V. Exa. dois minutos.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigado, presidente. Presidente, mais uma greve no nosso estado de São Paulo. Como presidente da Frente Parlamentar em apoio pela privatização da Sabesp, como um dos líderes, como vice-líder do governo Tarcísio aqui nesta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, eu não poderia ficar calado, presidente, porque o nosso País, ele é governado por um ex-presidentário.

Luiz Inácio Lula da Silva ficou quinhentos dias dentro de uma cela, quinhentos dias na cadeia, quinhentos dias na prisão. Lula é um dos líderes do Partido dos Trabalhadores, partido muito grande, que tem vários satélites. Dentro desses satélites, há também os sindicatos, que hoje, mais uma vez, tentam parar o nosso querido estado de São Paulo.

Presidente, eu acho muito curioso que hoje, no governo Lula, nós temos, por exemplo, o Ministério da Justiça. Nesse mesmo Ministério da Justiça, nós tivemos encontros com a dama do tráfico, presidente, esposa de um dos líderes do Comando Vermelho aqui do nosso País, que se encontrou com o alto escalão do Ministério da Justiça, pagos com o nosso dinheiro, com dinheiro público, com o dinheiro do Ministério dos Direitos Humanos, e não teve greve, presidente. E não teve greve.

Hoje, no governo Lula, o governo Lula cortou 700 milhões de reais do combate ao crime organizado, privilegiando a gente sabe quem. E não teve greve, presidente. Hoje, o governo Lula, Professora Bebel, cortou mais de 132 milhões de reais do Ministério da Educação, e mais uma vez não teve greve.

O governo Lula se encontrou com um ditador sanguinário, como é o Nicolás Maduro, que veio ao Brasil, e seus capangas, seus segurancas, agrediram uma jornalista, agrediram uma mulher. E, mais uma vez, não teve greve, presidente.

Então eu acho muito curioso que, aí, quando o governo corajoso, quando deputados corajosos na Assembleia Legislati-